

CAPÍTULO PRIMEIRO

O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO

I

Não nos iremos ocupar aqui do problema da guerra. A metáfora que mencionei e a teoria de um estado natural que traduziu e desenvolveu teoricamente esta metáfora — embora tenham muitas vezes servido para justificar a guerra e a sua violência, atribuída a um mal original inerente aos problemas humanos e manifesto no princípio criminoso da história da humanidade — têm ainda muito maior importância para o problema da revolução, porque as revoluções são os únicos acontecimentos políticos onde enfrentamos directa e inevitavelmente o problema do começo. Porque as revoluções, seja qual for o modo por que sejamos tentados a defini-las, não são simples mudanças. As revoluções modernas pouco têm de comum com a *mutatio rerum* da história romana ou a στάσις, a luta civil que perturbou a *polis* grega. Não as podemos assemelhar às μεταβολαί de Platão, as quase naturais transformações de uma forma de governo noutra, ou à πολιτείων ἀναχύλωσις de Políbio, o mencionado ciclo periódico onde tudo o que é humano está encerrado por causa de ser sem-

pre levado a um extremo^{1a}. A antiguidade conhecia bem a mudança política e a violência que a acompanhava, mas nenhuma delas lhe parecia realizar qualquer coisa de inteiramente novo. As mudanças não interrompiam o decurso daquilo a que a idade moderna chamou história, que, longe de provocar um novo princípio, era olhada como o retorno a uma fase diferente do seu ciclo, descrevendo um movimento que era predeterminado pela própria natureza dos problemas humanos, e que portanto era ele próprio imutável.

Há, contudo, um outro aspecto das revoluções modernas para o qual pode ser mais fácil encontrar exemplos anteriores à idade moderna. Quem pode negar o enorme papel que a questão social veio a desempenhar em todas as revoluções e quem pode deixar de recordar que Aristóteles, quando principiou a interpretar e explicar as μεταβολαί de Platão, já tinha descoberto a importância daquilo a que nós hoje chamamos a motivação económica — o derrubamento do governo pelos ricos e o estabelecimento de uma oligarquia, ou o derrubamento do governo pelos pobres e o estabelecimento de uma democracia? Igualmente bem conhecido da antiguidade era o facto de os tiranos subirem ao poder apoiados pelo povo humilde ou pobre e de que a sua maior probabilidade de conservar o poder estava no desejo popular de uma igualdade de condição. A relação entre riqueza e governo em qualquer país e a ideia de que as formas de governo estão ligadas à distribuição da riqueza, a suposição de que o poder político pode simplesmente resultar do poder económico e, finalmente, a conclusão de que o interesse pode ser a força motriz de toda a luta política — tudo isto, naturalmente, não é invenção de Marx, nem tão-pouco de Harrington («o domínio é propriedade, real ou pessoal») ou de Rohan («os reis governam o povo e o interesse governa os reis»). Se desejarmos responsabilizar um único autor pela chamada concepção materialista da história, devemos recuar até Aristóteles, pois que foi ele o

primeiro a afirmar que o interesse, a que chamava *σύμφερον*, aquilo que é útil a uma pessoa, a um grupo ou a um povo, deve ter e tem supremacia em assuntos políticos.

Contudo, estas derrotas e sublevações, instigadas pelo interesse, embora não pudessem deixar de ser violentas e sangrentas até se estabelecer uma nova ordem, dependiam de uma distinção entre pobres e ricos que se julgava ser tão natural e inevitável no corpo político como o é a vida no corpo humano. A questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na idade moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar de que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar de que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, se tinham conseguido libertar dos grilhões da pobreza e a miserável multidão trabalhadora fosse inevitável e eterna. Tal dúvida, ou antes, a convicção de que a vida na terra pode ser abençoada com a abundância em vez de amaldiçoada com a penúria foi, na origem, pré-revolucionária e americana; nasceu directamente da experiência colonial na América. Simbolicamente falando, pode dizer-se que estava preparado o palco das revoluções, no sentido moderno de uma completa mudança da sociedade, quando John Adams, mais de dez anos antes da eclosão efectiva da Revolução Americana, pôde afirmar: «Continuo a considerar a colonização da América como o início de um grande plano e desígnio da Providência, para esclarecimento dos ignorantes e emancipação da parte escravizada da humanidade em todo o mundo.¹» Teoricamente falando, o palco estava preparado quando primeiro Locke — provavelmente sob a influência da prosperidade das colónias no Novo Mundo — e depois Adam Smith consideraram que o trabalho e os utensílios, longe de serem o apanágio da pobreza, a actividade a que esta condenava os que não tinham propriedades, eram, pelo contrário, a fonte de toda a riqueza. Nestas condições, a rebelião dos pobres, da «parte escraviza-

da da humanidade», podia na realidade aspirar a mais do que à sua própria libertação e à escravização da outra parte da espécie humana.

A América tornara-se o símbolo de uma sociedade sem pobreza muito antes da idade moderna, com o seu desenvolvimento tecnológico único, ter realmente descoberto os meios de abolir a abjecta miséria da pobreza absoluta que sempre se supusera ser eterna. E só depois de isso ter acontecido e se ter tornado conhecido na Europa, é que a questão social e a rebelião dos pobres puderam vir a desempenhar um papel verdadeiramente revolucionário. O antigo ciclo de eternas repetições baseara-se numa suposta distinção «natural» entre ricos e pobres²: a existência efectiva da sociedade americana antes da eclosão da Revolução pôs definitivamente fim a este ciclo. Há um enorme volume de discussões eruditas sobre a influência da Revolução Americana na Revolução Francesa (bem como sobre a influência decisiva dos pensadores europeus no curso da própria Revolução Americana). Contudo, por justificadas e esclarecedoras que estas investigações sejam, nenhuma influência demonstrável no decorrer da Revolução Francesa — tal como o facto de ter começado com a Assembleia Constituinte ou de a *Declaração dos Direitos do Homem* ter sido moldada segundo o *Bill of Rights* da Virgínia — pode igualar o impacte daquilo a que o *abbé* Raynal já chamara «a surpreendente prosperidade» das terras que eram ainda as colónias inglesas da América do Norte³.

Teremos ainda ampla oportunidade de discutir a influência, ou antes a não influência, da Revolução Americana no desenrolar das revoluções modernas. É facto indiscutível que nem o espírito desta revolução nem as previdentes e eruditas teorias políticas dos *Founding Fathers* tiveram grande repercussão no continente europeu. O que os homens da Revolução Americana consideravam como uma das maiores inovações do novo governo republicano — a aplicação e elabora-

ção da teoria de Montesquieu da divisão dos poderes dentro do corpo político — desempenhou sempre um papel muito secundário no pensamento dos revolucionários europeus; e foi imediatamente rejeitada por Turgot, mesmo antes da eclosão da Revolução Francesa, por razões de soberania nacional⁴, cuja «majestade» — e *majestas* era a primitiva palavra de Jean Bodin, que ele depois traduziu por *souveraineté* — se supunha exigir o poder centralizado indivisível. A soberania nacional, isto é, a majestade do próprio domínio público, tal como viera a ser compreendida durante os longos séculos de monarquia absoluta, parecia em contradição com a instituição de uma república. Por outras palavras, foi como se o estado-nação, muito mais antigo que quaisquer revoluções, tivesse vencido a revolução na Europa mesmo ainda antes do seu aparecimento. Por outro lado, aquilo que levantou a todas as outras revoluções o mais urgente e, politicamente, o menos resolúvel de todos os problemas — a questão social, sob a forma da assustadora situação da pobreza das massas — quase não teve influência na Revolução Americana. O impulso revolucionário na Europa foi alimentado, não pela Revolução Americana, mas pela existência, na América, de condições que tinham sido estabelecidas e eram bem conhecidas na Europa muito antes da Declaração da Independência.

O novo continente tornara-se um refúgio, um «asilo» e um ponto de encontro dos pobres; aí surgira uma nova raça de homens «unida pelos suaves laços do governo moderado» e vivendo numa situação de «agradável uniformidade» de que fora banida «a pobreza absoluta, pior que a morte». Contudo, Crèvecoeur, de quem citamos estas palavras, estava em radical oposição com a Revolução Americana, que ele via como uma espécie de conspiração de «grandes personagens» contra «as classes populares»⁵. Não foi a Revolução Americana e a sua preocupação com o estabelecimento de um novo estado, de uma nova forma de governo, mas a América, o «no-